

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)



Desafios e Perspectivas

A visão do MPS

Anfip/RJ 26/jun/2023

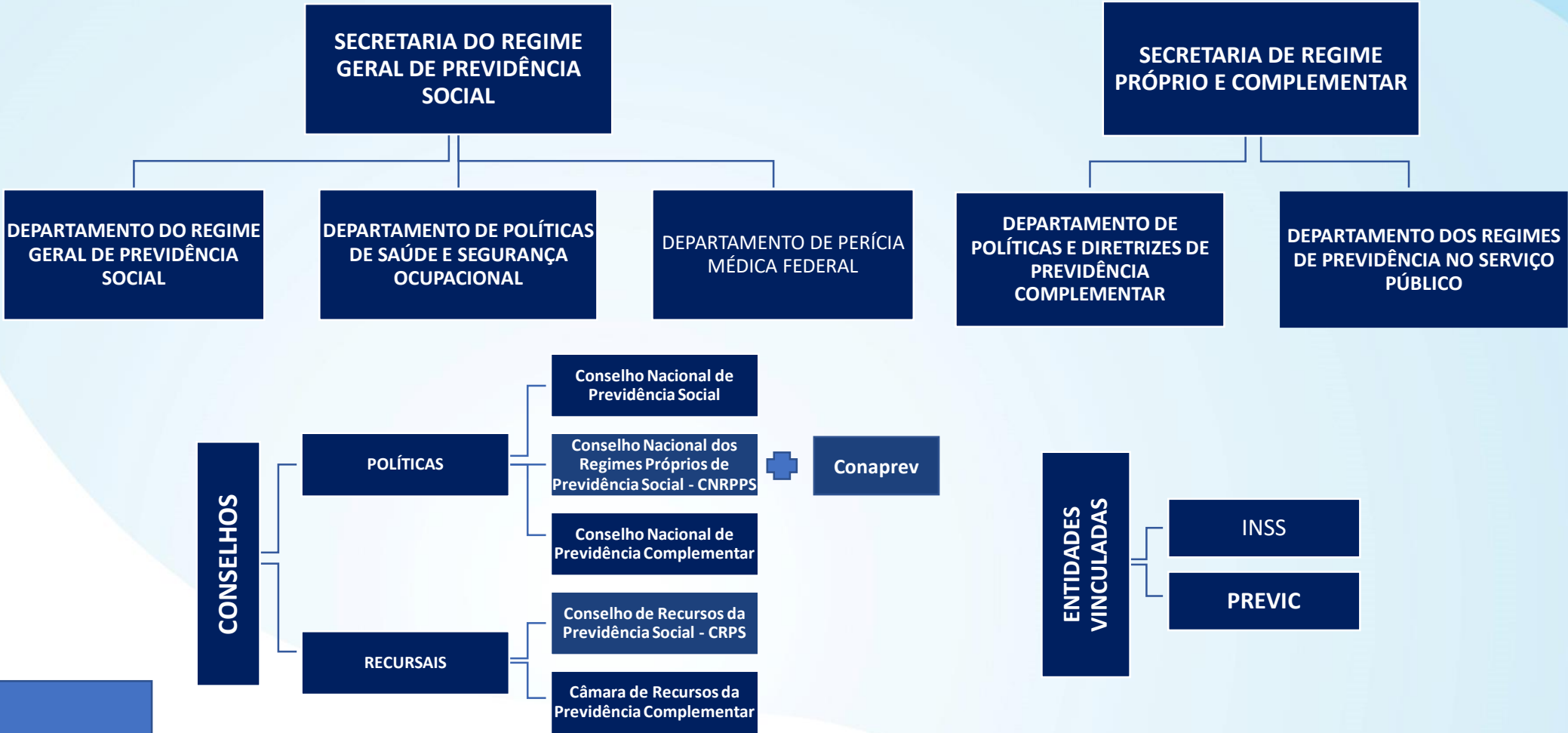


O DEPARTAMENTO DOS RPPS



Oportunidades: a recriação do MPS

Decreto 11.356/2023



Estrutura Depto dos RPPS... Os Desafios

**SRPPS c/ Dec. 9.003/17
(até 24/jan/2023)**

COEST

7 Funções
FCE 1.04

DIATE

CGNAL

CGEIP

CGACI

CGAUC

CONOR

COINT

COALE

CGIP

COGEP

COINV

COATU

DIACO

COAUD

COCAP

DIVON

DISIT

**DRPPS c/ Dec.
11.356/23 (atual)**

**CG
Normas**

**CG
Cadastros**

**CG
Atuaria
Invest.**

**CG Auditoria
Contencioso**

**CG
Atend. e
Relações**

DRPSP – 2010 a 2016 (Dec. 7.078/10)

CGNAL

CGEEI

CGACI

CONOR

COETE

COAUD

COALE

ASSIST

ASSIST

COINV

COALM

SEATE

CCOAT

CORCP

SEAAD

+ Várias FCT's

AS
OPORTUNIDADES...

CNRPPS

CONSELHO NACIONAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

5

**Representantes
da União**

- **2 SRPC**
- **1 MGI**
- **1 INSS**
- **1 Servidores**

5

**Representantes
dos Estados**

- **2 RPPS Conaprev**
- **1 Ass. Patronal**
- **1 TCE**
- **1 Servidores**

5

**Representantes
dos Municípios**

- **2 RPPS Conaprev**
- **1 Ass. Patronal**
- **1 Ass. Nac. RPPS**
- **1 Servidores**

...oportunidades! Fortalecimento do Diálogo

Capacitação Gestão e Controle Social



FISCALIZAÇÃO DOS RPPS

O DESAFIO

Art. 11 da Lei nº 11.457/2007 reestruturou a Secretaria da Receita Federal e carreira AFRB, e...

Autorizou a fixação de 385 auditores no MPS e na PREVIC!

C/ competência privativa para fiscalização dos RPPS pelo MPS (art. 9º da Lei nº 9.717/98) e das EFPC pela Previc (art. 2º Lei nº 12.154/09)

O total de AFRFB (145: 33 DRPPS e 17 demais áreas do MPS e 95 Previc) é de 40% do previsto na lei

FISCALIZAÇÃO DOS RPPS OPORTUNIDADES

DELIBERAÇÃO Nº 339

8 de fevereiro de 2023

Dispõe sobre a fiscalização atinente ao regular encaminhamento de informações e demonstrativos previdenciários, nos termos do parágrafo único, do artigo 9º, da Lei nº 9.717, de 1998, e do artigo 241, da Portaria MTP nº 1.467, de 2022, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 133, *caput*, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, dos artigos 4º, incisos I e IV, e artigo 81, *caput*, ambos da Lei Complementar nº 63, de 1º de agosto de 1990 e, na forma do artigo 115, inciso I, alínea 'b', do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação nº 167, de 10 de dezembro de 1992,

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2023/TCMPA, DE 25 DE MAIO DE 2023.

CONSIDERANDO a regra geral preconizada pela Carta Magna, que impõe à Administração Pública os entes federativos, como regra geral, a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade

CONSIDERANDO o preceito contido no da Lei Federal nº 9.717, de 1998, que determina ao Distrito Federal e aos Municípios o regular encaminhamento de informações sobre o Regime Próprio de Previdência dos segurados, na forma, na periodicidade e nos critérios

CONSIDERANDO que o CADPREV é disponibilizado pela Secretaria de Previdência - transmite suas informações periódicas, nos termos da Portaria MTP nº 1.467, de 2022;

EMENTA: DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO DO REGULAR ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DEMONSTRATIVOS PREVIDENCIÁRIOS ÀS SECRETARIAS DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA - SPREV E DO TESOURO NACIONAL, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 9º, DA LEI 9.717, DE 1998, E DO ARTIGO 241, DA PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais especiais, em atenção aos termos do art. 2º, inciso II, c/c art. 49, inciso III da Lei Complementar nº 109/2016, e pela Lei Complementar nº 156/2022 e dos arts. 3º e 208, ambos do RITCMPA (Ato nº 23/2020 e atualizações), e;

CONSIDERANDO o que preconiza o caput do artigo 37 da Carta Magna, que impõe à Administração Pública, direta, de todos os entes federativos, como regra geral, a obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o preceito contido no parágrafo único, do artigo 9º, da Lei Federal nº 9.717, de 1998, que determina ao Distrito Federal e aos Municípios o regular encaminhamento de dados e informações sobre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e seus segurados à Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na forma, periodicidade e critérios por ela definidos;

CONSIDERANDO a parceria existente e o intercâmbio de informações relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS que proporcionam a realização de ações conjuntas entre o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência Social;

CONSIDERANDO a edição da Deliberação nº 339/2023 pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e a cooperação entre as Cortes de Contas, bem como a necessidade de adotar boas práticas e experiências que auxiliem no aperfeiçoamento e tempestividade do controle externo;

CONSIDERANDO que o CADPREV é o sistema eletrônico oficial disponibilizado pela Secretaria de Previdência - SPREV, por onde os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) declaram suas informações periódicas, nos termos do artigo 241, da Portaria MTP nº 1.467, de 2022;



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Institucional ▾ Áreas de Atuação ▾ Serviços ▾ Fale Conosco



7th LATIN AMERICAN REGIONAL
CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL
ASSOCIATION OF PROSECUTORS
28 to 30 of June, 2023 - Fortaleza - Brazil

SUBSCRIBE NOW



IAP
INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL



MPCE
Ministério Público do Estado do Ceará



CONAMP
Conselho Nacional de Ministério Público

Início / CAODPP / Projetos CAODPP / MPCE e a sustentabilidade da Previdência Social dos Municípios Cearenses / Encaminhamentos do CAODPP para as Promotorias de Justiça

Encaminhamentos do CAODPP para as Promotorias de Justiça

Encaminhamentos do CAODPP para as Promotorias de Justiça

RPPS - Acompanhamento de Gestão

+

RPPS - Diagnóstico Preliminar de Transparência

+

RPPS em extinção - Acompanhamento da extinção do RPPS e migração para o RGPS

+

RPPS em extinção - Diagnóstico Preliminar da Transparência

+

Desafios para sustentabilidade dos RPPS ...

2.140 RPPS instituídos pelos Estados e Municípios

8,7 milhões de vidas:

Â Estados: 4,9 mi (2,4 mi de serv. ativos; 2 mi de aposentados e 0,6 mi pensionistas);

Â Municípios: 3,8 mi (2,6 mi de serv. ativos; 0,9 mi de aposentados e 0,2 mi pensionistas).

Déficit atuarial (projeções):

Estados: R\$ 2,4 trilhões;

Municípios: R\$ 900 bilhões.

Déficit financeiro (anual):

Estados: R\$ 112 bilhões;

Municípios: R\$ 9 bilhões.

Receitas anuais:

Estados: R\$ 95 bi;

Municípios: R\$ 52,1 bi

Despesas anuais:

Estados: R\$ 207,5 bi;

Municípios: R\$ 60,8 bi

Â Aplicações no mercado financeiro: R\$ 263 bi;

Â Mov. financeira anual da Compensação Previdenciária: R\$ 4,7 bi

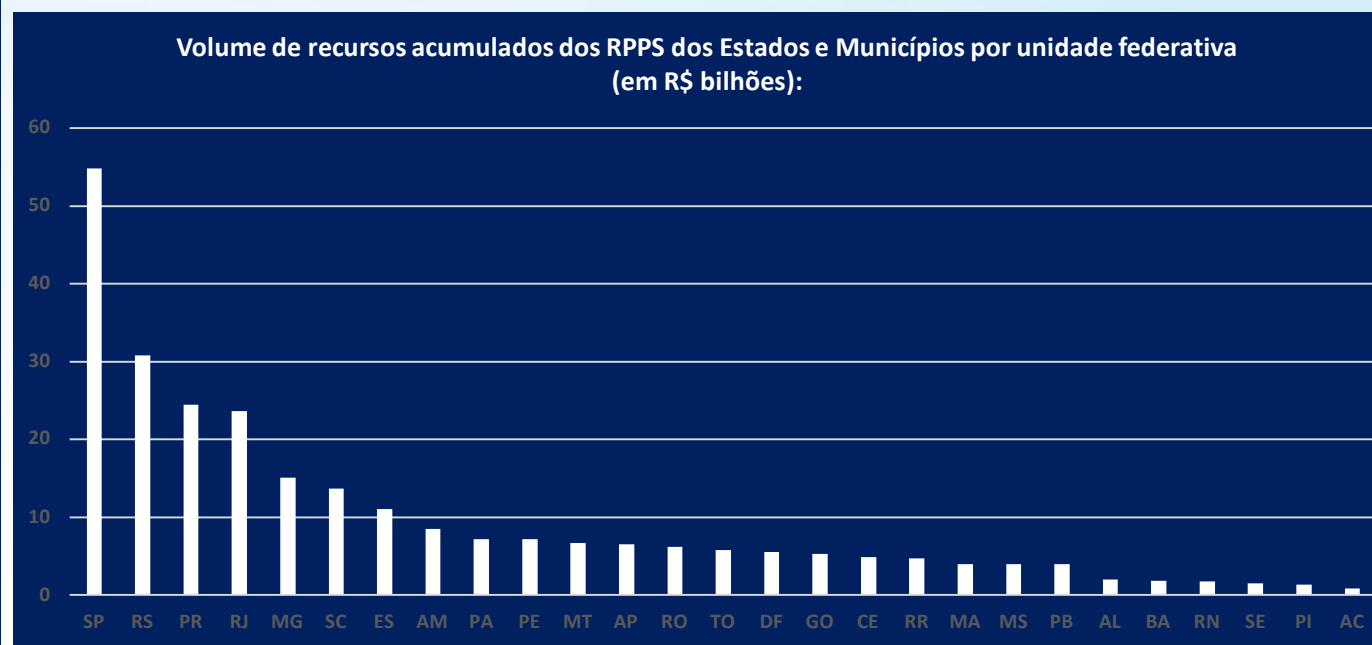
Â 4.600 acordos de parcelamento de débitos, de 1.590 entes, c/ saldo aprox. de R\$ 44,2 bi;

Recursos significativos...

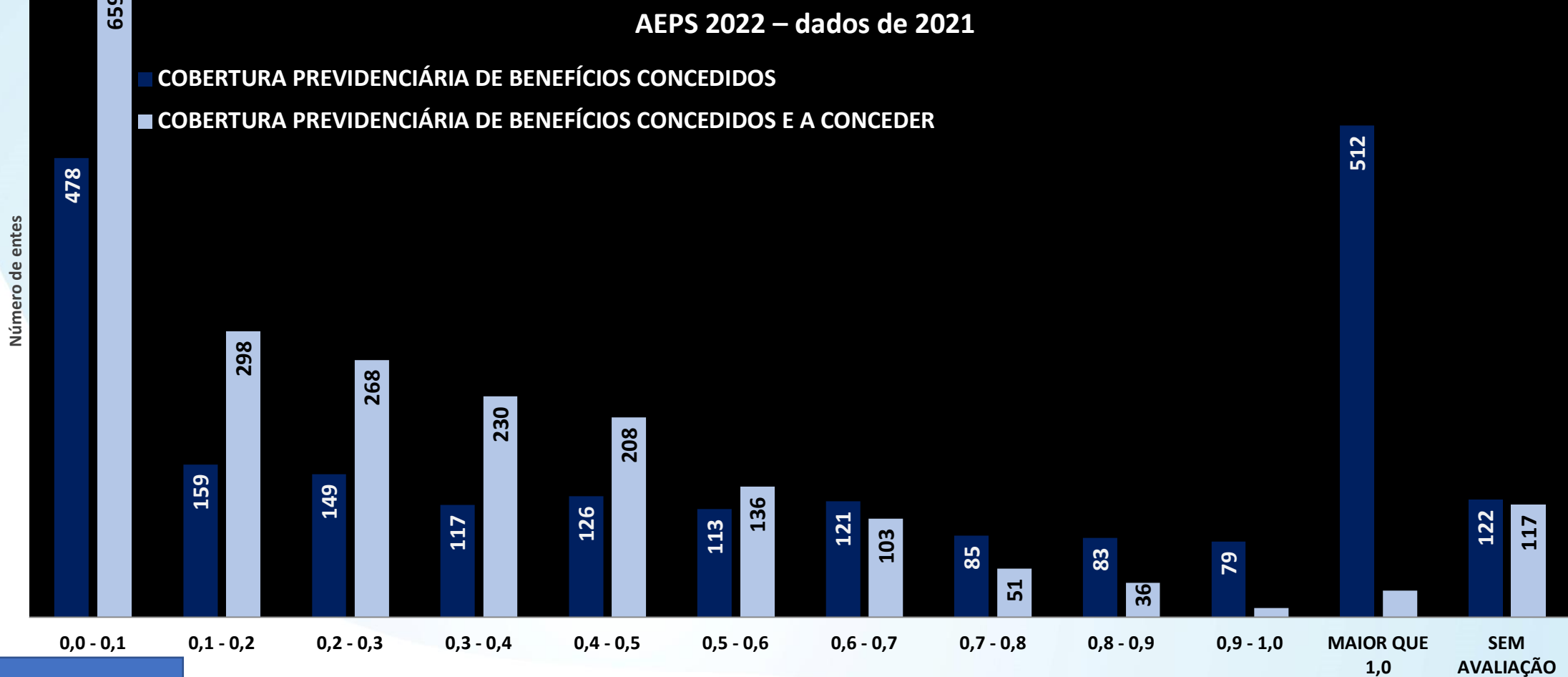
RPPS	R\$ bilhões
Estado do Rio de Janeiro	10,39
Estado do Paraná	7,88
Estado do Amazonas	6,75
Estado do Amapá	6,37
Estado do Espírito Santo	6,03
Distrito Federal	5,53
Estado do Pará	4,81
Estado de Roraima	4,70
Estado do Rio Gde do Sul	3,94
Macaé	3,91
Estado do Tocantins	3,88
Porto Alegre	3,61
Estado de Rondônia	3,37
Joinville	3,31
Recife	2,80
Barueri	2,65
Estado do Maranhão	2,30
Jundiaí	2,27
Sorocaba	2,20
Belo Horizonte	1,96
São José dos Campos	1,89
Santos	1,77
Indaiatuba	1,73
Curitiba	1,62

RPPS	R\$ bilhões
São Bernardo do Campo	1,53
Araucária	1,45
Paulínia	1,44
São José dos Pinhais	1,44
Estado do Ceará	1,37
Betim	1,33
Manaus	1,27
Aracaju	1,26
Campinas	1,21
Niterói	1,15
Itajaí	1,14
São Paulo	1,10
Rio de Janeiro	1,06
Angra dos Reis	1,04
Santana de Parnaíba	1,03
Boa Vista	1,01
Guarujá	0,99
Palmas	0,99
Guarulhos	0,97
Estado de Alagoas	0,97
Mogi das Cruzes	0,91
Estado da Paraíba	0,91
Praia Grande	0,91
Goiânia	0,90

Os RPPS de SP, RS, PR, **RJ**, MG e SC são os que têm mais recursos:



Desafios c/ a acumulação de recursos



DESAFIOS COM A SUPERVISÃO DOS RPPS

Nº de entes que, em 31/12/2022, possuíam CRP judicial:

785 (37% dos RPPS)

Nº de entes que, em 31/12/2022, não possuíam CRP adm ou judicial:

136 (6% dos RPPS)

Nº de entes que, em 31 dez, apresentavam algum irregularidade para emissão ou renovação do CRP:

996 RPPS (46%) ao final do ano apresentam irregularidade em algum critério para emissão/renovação CRP

Nº de entes que possuíam parcelamento de débitos de contribuições cadastrados no MPS que podem querer reparcelar/regularizar:

1.589 (74% dos RPPS), 9.500 parcelamentos cadastrados, valor consolidado: R\$ 51,6 bi, saldo estimado de R\$ 44,2 bi

RPPS com déficit atuarial (que já possuem planos de amortização e têm problemas para cumpri-los ou que não instituíram)

28 possuem índice de cobertura total acima de 1; só 46% têm índice de cobertura de benefícios concedidos acima de 0,5; 33% cobrem benefícios a conceder

AS OPORTUNIDADES COM A EC 103...

**Conceito do
equilíbrio
atuarial**

**Contrib. serv. da
União c/ mínimo p/
demais servidores
desde EC 41/2003**

**Adequação da
alíquota do
ente,
embasada em
avaliação
atuarial**

**Limitação do
Rol dos
Benefícios**

**Competência
p/ regras de
benefícios**

**Alíquotas
progressivas**

**Base cálculo
aposentados
e
pensionistas**

UG Única

**Obrig. ente
implementar
medidas a seu
cargo**

**Prev.
Complementar
obrigatória**

**Readaptação e
Revisão de
Incapacidade**

**Regras p/
Acumulação
de pensão por
morte**

**Não
incorporação
de verbas
temporárias**

**Financiamento
por todas as
entidades
vinculadas ao
RPPS**

**Parcelamentos
patronal máx.
60 meses**

**Conceito de
cálculo
benefícios
estimulando
tempo contrib**

**Não
complementação
de
aposentadorias**

**Ex. regras de
transição e
permanentes
prox. RGPS**

**Sistema
Integrado de
Dados
(eSocial)**

**Vinculação
dos recursos
em caso de
Extinção do
RPPS**

**Recursos
somente p/
benefícios/
taxa adm.**

óCRPôna CF

**Empréstimos
consignados**

**Limitação das
hipóteses de
aposentadorias
especiais**

**Regras p/
abono de
permanência**

**Compensação
entre todos
regimes**

**Vacância
cargo**

**Lei de
Responsabilidade
Previdenciária**

Desafios...Alíquotas de Contribuição dos servidores, aposentados e pensionistas

Desde a EC 41/2003 a alíquota de contribuição dos servidores dos Estados e Municípios deve ser, no mínimo, igual a dos servidores da União.

A EC 103/2019 manteve essa regra (art. 9º) e elevou a alíquota dos servidores da União para 14% e aplicou alíquotas progressivas*

**1.861 entes
adequaram
as alíquotas**

**86% do
total de
RPPS**

*se o RPPS não tiver déficit atuarial, as alíquotas podem ser iguais as do RGPS. Apenas cerca de 40 RPPS não tem déficit

Desafios...Benefícios assegurados pelo RPPS

A EC 103/2019 previu que os RPPS somente podem conceder aposentadoria e pensão por morte (art. 9º, § 2º).

Afastamento do servidor por incapacidade temporária para o trabalho e salário-maternidade devem ser pagos pelo ente federativo (art. 9º, § 3º)

1.964 RPPS
excluíram da lei
os benefícios
temporários

91% do total de
RPPS



Desafios...Instituição do Regime de Previdência Complementar - RPC

A EC 103/2019 previu que os entes que possuem RPPS devem obrigatoriamente instituir RPC para seus servidores (art. 40, § 16 da CF). Antes era facultativo. A instituição do RPC possui dois passos:

1º : aprovar lei de instituição:

2º: fazer convênio com uma entidade fechada de previdência fechada para administrar o plano de benefícios, a ser autorizado pelo órgão de fiscalização (PREVIC).*

1.916 entes
instituíram o
RPC por lei

89% do total
RPPS

643 entes
têm convênio
autorizado

30% do total
RPPS

* É obrigatório quando o ente contratar servidores com remuneração acima do teto do RGPS (R\$ 7.507,49).

Previdência Complementar



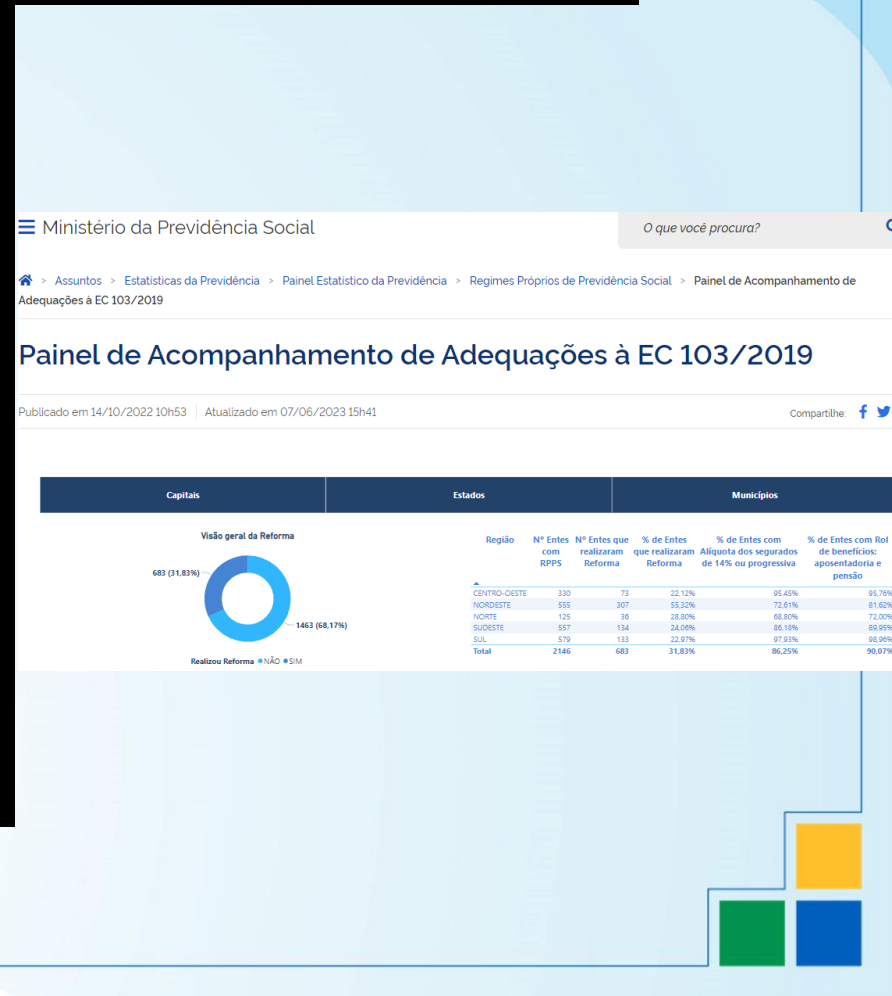
Atualizado em 31 de março de 2023

Desafios... alteração das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios depende de legislação de cada ente:

- ❑ em lei orgânica: Idades mínimas para servidores em geral;
- ❑ em lei complementar: Tempo contribuição (obrigatoriamente 5 anos a menos p/ professores) e demais requisitos para aposentadoria; idade e tempo de contribuição diferenciados p/ servidores com deficiência e expostos a agentes prejudiciais à saúde;
- ❑ Em lei ordinária: forma de cálculo e reajustamento de aposentadorias e pensão, caso não prevista na lei complementar.

684 entes já fizeram a reforma ampla

32% do total de RPPS



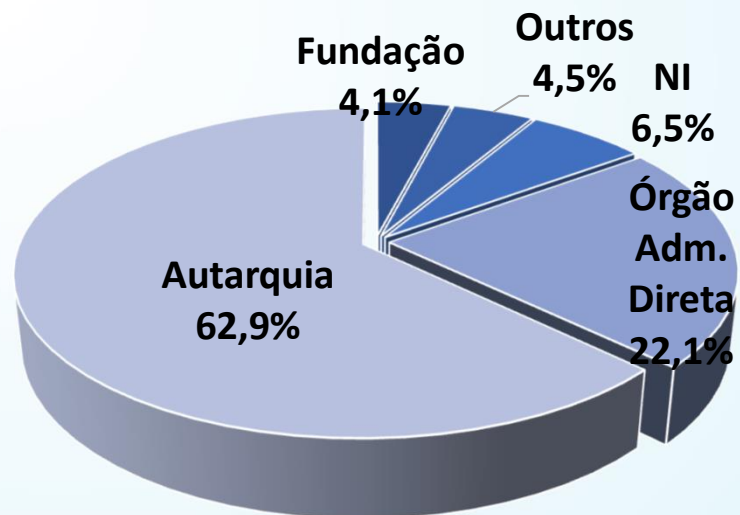
AS OPORTUNIDADES...

**Projeto Lei
Complementar de
Responsabilidade
Previdenciária**



**Programa de
Regularização
Previdenciária**

RPPS... DESAFIOS DA GESTÃO



+ 8 mil

Dirigentes e gestores

+ 18 mil

Membros de conselhos
deliberativos e fiscais

+ 6 mil

Membros de comitês de
investimentos

+ 2 mil

Responsáveis pelas
aplicações financeiras



RPPS... OPORTUNIDADES DA GESTÃO

Resultados: até 5/5/2023:
4.118 Profissionais já
certificados
Prazo: 31/7/2024

Ministério da Previdência Social

O que você procura?

[Assuntos](#) > [Regimes Próprios de Previdência Social](#) > [Requisitos para Dirigentes e Conselheiros de RPPS](#)

Requisitos para Dirigentes e Conselheiros de RPPS



Profissionais Aprovados na Certificação prevista no art. 8º-B Lei 9.717-98 e na Portaria MTP nº 1.467/2022

[Clique aqui e veja os profissionais que foram aprovados - Certificação art. 8º-B Lei 9.717-98 - RPPS](#)

**Gestores
Recursos/Comitê de
Investimentos: 1.347**

- 1.184 básico
- 98 intermediário;
- 65 avançados;

**Conselho
Deliberativo: 1.117**

- 1.068 básico
- 49 intermediário

Conselho Fiscal: 581

- 555 básico
- 26 intermediário

**Dirigentes de RPPS:
1.073**

- 892 básico
- 114 intermediário
- 67 avançado



RPPS... OPORTUNIDADES DA GESTÃO

INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE A CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL (PRÓ-GESTÃO RPPS)

Data base 26/05/2023

Nº de entes federativos que
aderiram:

542

Nº de RPPS atualmente certificados:

Nível I

98

Nível II

68

Nível III

23

Nível IV

3

Total

192

gov.br Presidência da República Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar com o gov.br

Ministério da Previdência Social

O que você procura?

> Assuntos > Regimes Próprios de Previdência Social > PRÓ-GESTÃO RPPS - Certificação Institucional

PRÓ-GESTÃO RPPS

Publicado em 08/06/2020 18h26 | Atualizado em 22/06/2023 13h35

Compartilhe: f t

Acompanhem as adesões e certificações por ente federativo

Adesão ao Pró-Gestão

- Passo a passo - Adesão ao Pró-Gestão RPPS

Portarias

- Portaria MPS Nº 1110, de 13 de abril de 2023 - altera os membros da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão.
- Portaria SPREV nº 4.248, de 22 de dezembro de 2022 - aprova a versão 3.4 do Manual da Certificação Institucional do Pró-Gestão

Comprev Desafios... E oportunidades

A automação da
compensação
previdenciária...



Fonte de informação e conhecimento aos RPPS e aos servidores



Outros assuntos

Acordos de Cooperação Técnica
Acordos Internacionais
Atuária
Calendário – RPPS
Capacitação e Treinamento
Compensação Previdenciária
Consultas Públicas - RPPS
Contabilidade

Demonstrativos
eSocial
Estatísticas e Informações dos RPPS
Índice de Situação Previdenciária
Informativo Mensal dos RPPS
Investimentos
Legislação e Orientações

Nova Previdência – EC 103/2019
Órgãos Colegiados
Prova de Vida RPPS
Parcelamentos
Parcelamento Especial - EC113
Política de Gestão de Riscos Institucionais da SEPRT
Pró-Gestão RPPS
Requisitos para Dirigentes e Conselheiros de RPPS
Sistemas

Fonte: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps>

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

atendimento.rpps@mtp.gov.br

MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL



WEBCONFERÊNCIAS	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
	CADPREV 9:30 às 12:00	Plano de Custeio 9:30 às 12:00 14:30 às 17:00	CADPREV 9:30 às 12:00	Termo de Adesão e Operacionalização COMPREV 9:30 às 12:00	CADPREV 9:30 às 12:00
	Acesso ao COMPREV 9:30 às 12:00	Investimentos DAIR/DPIN 9:30 às 12:00	Base de óbitos CNIS e SIG-RPPS 9:30 às 12:00	eSocial 14:30 às 17:00	GESCON 9:30 às 12:00
	Termo de Adesão e Operacionalização COMPREV 9:30 às 12:00	eSocial 14:30 às 17:00	Repasse e Parcelamento - DIPR 14:30 às 17:00	Contrato DATAPREV 9:30 às 12:00 14:30 às 17:00	Repasse e Parcelamento - DIPR 9:30 às 12:00
	GESCON 14:30 às 17:00	Reforma da Previdência 14:30 às 17:00	Pró-Gestão e Certificação de Gestores 14:30 às 17:00		Contabilidade 9:30 às 12:00
	Atuária - Parâmetros Técnicos 14:30 às 17:00	Contrato DATAPREV 9:30 às 12:00 14:30 às 17:00	Acesso ao COMPREV 14:30 às 17:00		Previdência Complementar 14:30 às 17:00